

Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Quotistas e Administradores da
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.
Barreiras - BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Solar Barreiras I Energia SPE Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solar Barreiras I Energia SPE Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2023
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.516	2.031	Fornecedores	11	5.602	6.444
Contas a receber	8	1.196	1.320	Obrigações fiscais		86	64
Impostos a recuperar		194	-	Imposto de renda e contribuição social	19	74	106
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		10	10	Financiamentos	12	1.774	3.857
Adiantamento a fornecedores		176	299	Provisão de ressarcimento	13	611	2.758
Despesas antecipadas		203	-	Outras contas a pagar	11	4.083	247
Outras contas a receber		-	7				
Total do ativo circulante		3.295	3.667	Total do passivo circulante		12.230	13.476
				Financiamentos	12	47.344	45.254
Aplicações financeiras vinculadas	9	2.918	2.552	Provisão para desmobilização	14	2.969	2.786
Imobilizado	10	86.519	89.674	Total do passivo não circulante		50.313	48.040
Total do ativo não circulante		89.437	92.226	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		41.104	41.104
				Prejuízos acumulados		(10.915)	(6.727)
				Total do patrimônio líquido		30.189	34.377
Total do ativo		92.732	95.893	Total do passivo e patrimônio líquido		92.732	95.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	16	9.605	7.811
Custos de operação	17	<u>(8.167)</u>	<u>(6.765)</u>
Lucro bruto		<u>1.438</u>	<u>1.046</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(59)	(973)
Outras receitas operacionais		<u>35</u>	<u>539</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.414</u>	<u>612</u>
Receitas financeiras	18	347	157
Despesas financeiras	18	<u>(5.368)</u>	<u>(7.032)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(5.021)</u>	<u>(6.875)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(3.607)</u>	<u>(6.263)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	<u>(581)</u>	<u>(322)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(4.188)</u></u>	<u><u>(6.585)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(4.188)	(6.585)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(4.188)</u>	<u>(6.585)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.000	(142)	39.858
Integralização de capital	1.104	-	1.104
Prejuízo do exercício	-	(6.585)	(6.585)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	41.104	(6.727)	34.377
Prejuízo do exercício	-	(4.188)	(4.188)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.104	(10.915)	30.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(3.607)</u>	<u>(6.263)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	10	3.000	3.192
Juros sobre financiamento	12	3.755	6.152
Bônus de adimplência	12	(89)	(171)
Atualização monetária da provisão de desmobilização.	14	183	155
Baixa de imobilizado	10	155	-
Provisão de ressarcimento	13	696	2.758
Lucro ajustado		<u>4.093</u>	<u>5.823</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		124	2.693
Impostos a recuperar		(194)	(9)
Adiantamento a fornecedores		123	(299)
Despesas antecipadas		(203)	-
Outras contas a receber		7	329
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(842)	(1.992)
Obrigações fiscais		22	(64)
Pagamento da provisão de ressarcimento		(2.843)	-
Outras contas a pagar		3.836	(1.903)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>4.123</u>	<u>4.578</u>
Pagamento de juros sobre financiamentos	12	(4.192)	(5.808)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(613)	(308)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(682)</u>	<u>(1.538)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas	9	(366)	(1.352)
Pagamento de principal de financiamentos	12	(1.505)	(1.253)
Captação de financiamentos	12	2.038	750
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>167</u>	<u>(1.855)</u>
Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	2.031	5.424
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	1.516	2.031
		<u>(515)</u>	<u>(3.393)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Solar Barreiras I Energia SPE Ltda. (a “Empresa”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída na forma de sociedade de propósito específico de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede a Rua Aeroporto, Fazenda Alto da Serra Preta, no Município de Barreiras, estado da Bahia. A Empresa foi constituída em 22 de março de 2018, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica UFV Sertão Solar Barreiras I cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), sob o CEG nº UFV.RS.BA.033469-3.01.

A Empresa participou do 25º leilão de energia nova, realizado em 18 de dezembro de 2017, promovido pela ANEEL, e como vencedora recebeu a autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total a ser instalada de 23,66 MW por 35 anos, que compreende o período de 04/07/2018 a 04/07/2053. Os contratos de fornecimento de energia têm o prazo de 20 anos, que compreende o período de 01/01/2021 a 31/12/2040, consumindo 6,80 MWm dos 7,50 MWm de garantia física. Somente após este período a Empresa poderá negociar a energia gerada em outros ambientes de comercialização. Ao final do prazo de autorização a Empresa poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

O preço médio por megawatt hora (R\$/MWh) é de R\$ 180,52 para o ano de 2022 e R\$ 164,05 para 2021, reajustados anualmente pelo IPCA.

1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Empresa apresentou capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 8.935 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 9.809 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a Empresa apurou prejuízo no exercício de R\$ 4.188 (R\$ 6.585 em 31 de dezembro de 2021) e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 682 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2021). O prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 10.915 (R\$ 6.727 em 31 de dezembro de 2021). Os motivos principais deste indicador estar negativo decorre do reconhecimento da provisão de ressarcimento impulsionado pelo aumento do preço *spot* de energia em 2021, juntamente pelo *curtailment* (corte da geração mensal aplicado pelo ONS), impactando negativamente a receita esperada do projeto e por consequência aumentando o efeito da provisão no passivo e também por conta dos pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos. Durante o ano de 2022, a Empresa esteve sob a mesma situação apresentada para 2021, o que implica em um reconhecimento de provisão de ressarcimento (conforme nota explicativa nº13. A administração entende que haverá uma melhoria significativa na malha de transmissão de energia elétrica nos próximos períodos, o que acarretará uma diminuição significativa do *curtailment*.

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a Administração da Empresa poderá transferir recursos de outras partes relacionadas, todas sob o mesmo controle, de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Empresa. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e resultados no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº10:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais determinadas

pela vida útil estimada do bem. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover.

- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – nota explicativa nº10:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica.
- **Reconhecimento da provisão de ressarcimento – nota explicativa nº13:** Refere-se a premissa de volume de energia gerada, em relação ao volume contratado pela CCEE.
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº14:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato.
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 21:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo
- **Contingências – nota explicativa nº 23:** principais premissas utilizadas na expectativa de ganho ou perda dos processos judiciais

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- A determinação do preço para cada tipo de transação;
- A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;

e

- O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Provisão de ressarcimento

A Empresa detém um contrato de venda de energia de reserva com a CCEE, o qual prevê a entrega de uma quantidade específica de energia ao longo do prazo do contrato. A cada 12 meses a CCEE realiza o levantamento de geração dos últimos 12 meses e compara com o montante de energia contratada para o mesmo período, caso a Empresa tenha gerado energia abaixo do volume previsto no contrato, essa diferença no volume de energia a menor, será valorizada levando-se em consideração o PLD (preço de liquidação de diferenças) vigente e será pago para a CCEE em 12 parcelas subsequentes a este levantamento.

Caso no levantamento da CCEE seja apurado que a Empresa tenha gerado energia acima do previsto no contrato, a Empresa reconhece um contas a receber com a CCEE que será recebido em 12 parcelas subsequentes a este levantamento também considerando-se o PLD vigente.

Tendo em vista este processo, a Empresa realiza o acompanhamento mensal da geração da planta versus a quantidade prevista no mês, com base no histórico de geração fornecido pela equipe comercial, e quando a geração ocorre abaixo da prevista no contrato, é reconhecida uma provisão de ressarcimento a pagar, em caso de geração acima da prevista no contrato, reconhecemos um contas a receber.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o

montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Empresa definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
------------------------------------------------------------	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Empresa, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na

tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 14.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos

fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Empresa mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, aos quais a Empresa não espera impactos significativos.

A Empresa não adota essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A empresa monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 e IAS 12)
- IFRS 17 Contratos de Seguros (CPC 50)
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos bancários (a)	456	434
Aplicações financeiras curto prazo (b)	<u>1.060</u>	<u>1.597</u>
Total	<u>1.516</u>	<u>2.031</u>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 90,8% em 31 de dezembro de 2022 (96,7% em 31 de dezembro de 2021), não excedendo seu valor justo.

8 Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
--	-------------	-------------

Contas a receber de clientes – Receita – LEN	1.196	1.299
Contas a receber de clientes – Receita MCP	-	21
	1.196	1.320

Os saldos apresentados, referem-se a apuração anual do contrato do 25º LEN (Leilão de Energia Nova) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

A Empresa entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

9 Aplicações financeiras vinculadas

	2022	2021
Depósito caução - Garantia financiamento	2.918	2.552
	2.918	2.552

Os valores em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são relativos ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Conforme contratos, a Empresa tem a obrigação de manter em caução 2,5% do valor da dívida, sendo que para 2022 o BNB solicitou um incremento de R\$ 366 para mantermos o nível de caução previsto. Os valores são mantidos como aplicações financeiras vinculadas e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

10 Imobilizado

Movimentação do ativo imobilizado

Custo de aquisição:	31/12/2020	Adições	Transferências	Realocação de ativos (b)	31/12/2021	Adições	Baixa	31/12/2022
	Imobilizado em andamento	733	4.583	(733)	-	4.583	-	-
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	93.676	-	733	(5.971)	88.438	-	(155)	88.283
Custo para desmobilização de ativos (a)	1.927	573	-	-	2.500	-	-	2.500
Total do custo	96.336	5.156	-	(5.971)	95.521	-	(155)	95.366

Depreciação acumulada	31/12/2020	Adições	Transferências	Realocação de ativos (b)	31/12/2021	Adições	Baixa	31/12/2022
	Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	(3.081)	(3.097)	-	495	(5.683)	(2.917)	-
Custo para desmobilização de ativos (a)	(69)	(95)	-	-	(164)	(83)	-	(247)
Total da depreciação acumulada	(3.150)	(3.192)	-	495	(5.847)	(3.000)	-	(8.847)

Total do imobilizado	93.186	1.964	-	(5.476)	89.674	(3.000)	(155)	86.519
-----------------------------	---------------	--------------	----------	----------------	---------------	----------------	--------------	---------------

(a) Conforme nota explicativa nº14

(b) A Empresa realocou ativos de sua posse em outras empresas do Complexo Barreiras. As movimentações dos saldos se encontram na nota explicativa nº 22.

Com base em fatores internos e externos, a Administração da Empresa não identificou qualquer fator que pudesse indicar perda do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2022.

Os ativos detidos pela Empresa compõem as garantias das operações de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº12.b

11 Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contratação de serviços	921	1.486
Provisão de fornecedores (c)	-	4.583
Fornecedores partes relacionadas (a)	<u>4.681</u>	<u>375</u>
Total	5.602	6.444
Outras Contas a pagar	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras provisões com serviços (b)	<u>4.083</u>	<u>247</u>
Total de outras contas a pagar	4.083	247
Total de fornecedores e outras contas a pagar	<u>9.685</u>	<u>6.691</u>

(a) Conforme nota explicativa nº20.

(b) Refere-se a provisão de manutenção do parque fotovoltaico e serviços a faturar no valor de R\$ 4.083.

(c) Valores relativo à estimativa de conclusão da obra referente à planta fotovoltaica.

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 21.

12 Financiamentos

Financiamentos	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	<u>49.111</u>	<u>49.441</u>
Financiamentos tomados (principal)	2.038	750
Pagamento de principal	(1.505)	(1.253)
Juros incorridos no exercício (a)	3.755	6.152
Juros pagos	(4.192)	(5.808)
Bônus de adimplência	<u>(89)</u>	<u>(171)</u>
Saldo final	49.118	49.111
Circulante	1.774	3.857
Não circulante	47.344	45.254

(a) A variação significativa na correção monetária do exercício refere-se a mudança expressiva do IPCA acumulado no ano, sendo 2022 – 5,62% versus IPCA 2021 10,06%.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os financiamentos celebrados em 2018 com o banco BNB (Banco do Nordeste do Brasil) são exclusivamente para a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal e pagamento trimestral de juros até 2020 e pagamentos mensais a partir de 2021 e com juros de 2,57% a.a. + IPCA. Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	2022	2021
2023	-	2.828
2024	3.026	2.828
2025	3.026	2.828
2026	3.026	2.828
2027	3.026	2.828
2028 a 2038	35.240	31.114
	47.344	45.254

A Empresa possui um bônus de adimplência de 15% caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNB, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação específica ambiental;
- Comprovar perante o BNB a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) referentes ao contrato de financiamentos são acompanhadas pela administração da Empresa.

b. Garantias prestadas

O financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tem como fiador o Banco BTG Pactual. O Fiador emitiu cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa. A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações da Empresa foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- garantia fidejussória prestada por Atlas Energia Renovável do Brasil;
- alienação fiduciária de quotas das SPEs de titularidade dos quotistas;
- alienação fiduciária de equipamentos;

- cessão fiduciária de direitos creditórios advindos do projeto;
- cessão fiduciária das contas do projeto; e
- compromisso de aporte de capital nas SPEs, pelos sócios.

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa solicitou o *waiver* ao agente garantidor, o qual forneceu pelo não atendimento dos *convenants* financeiros.

13 Provisão de ressarcimento

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	2.758	-
Provisão de ressarcimento a clientes	696	2.758
Pagamento de ressarcimento a clientes	(2.843)	-
	<u>611</u>	<u>2.758</u>

Com o início do contrato de fornecimento às concessionárias em janeiro de 2021, de acordo com o 25º Leilão de Energia Nova (“LEN”), a Empresa realiza o acompanhamento da curva de geração mensal versus a curva mensal prevista em contrato, e reconhece provisões de custos em caso de geração energética inferior à quantidade mensal contratada, e receita adicional em caso oposto. Ao final de cada ano do contrato (12 meses) é realizada a apuração das provisões, resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar. Esta apuração ocorrerá em fevereiro de 2023.

Em 2022 e 2021, devido a limitação da rede de distribuição energética localizada na região Nordeste, região onde o ativo encontra-se instalado, o ONS aplicou cortes na geração mensal regularmente durante estes exercícios, obrigando a Empresa a reconhecer provisões de ressarcimento dado a geração abaixo do contratado. O total provisionado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 696 (R\$ 2.758 em 31 de dezembro de 2021).

Durante o exercício de 2022, a Empresa procedeu com o pagamento de R\$ 2.843 de ressarcimento, que se refere a R\$ 2.758 acumulado até 31 de dezembro de 2021 e R\$ 85 proveniente de 2022.

A redução da provisão de ressarcimento de 2021 para 2022, justifica-se ao elevado número de obras de transmissão que foram construídas entre 2021 e 2022 aumentando a capacidade de transferência de energia. Estas obras diminuíram drasticamente a possibilidade de limitação de potências da Usina Sertão Solar Barreiras.

Mesmo com o aumento da capacidade de transferência, ainda assim houve *curtailment* (corte da geração mensal aplicado pelo ONS) para o ano de 2022.

A administração avalia os aspectos regulatórios com objetivo de requerer parte das custas incorridas pela usina por conta da restrição de geração

14 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Empresa tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em 01 de janeiro de 2019, mediante a entrada em operação do parque fotovoltaico, a Empresa realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$1.927. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 6,24%.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração atualizou o estudo de desmobilização do ativo, e passou a reconhecer um acréscimo à provisão no montante de R\$ 573.

Este montante foi mensurado mediante a subtração do saldo remanescente da provisão, menos a projeção dos custos necessários para desmobilização do ativo até 31 de dezembro de 2035 e descontado a valor presente pela taxa de desconto de 7,74%.

Este acréscimo foi reconhecido em contrapartida ao custo de desmobilização no Imobilizado, conforme nota explicativa nº 10, assim como o valor originalmente reconhecido.

O valor correspondente a rubrica de desmobilização atualizado em 31 de dezembro de 2022 no ativo é de R\$ 2.253 (R\$ 2.336 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa nº 10.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi a seguinte:

	2022	2021
Saldo inicial	2.786	2.058
Adição (baixa) por remensuração da provisão	-	573
Atualização monetária	183	155
Saldo final	2.969	2.786

15 Patrimônio líquido

b. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R\$ 41.104 representado por 41.104.000 quotas de valor nominal de R\$ 1 (um real).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram alterações de capital social.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em setembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 1.104, conforme alteração contratual realizada. O saldo

de aumento de capital ocorreu pela integralização corresponde ao saldo a pagar para controladora Atlas Energia Renovável S.A., conforme nota explicativa nº 22.

b. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa apresentou prejuízos acumulados de R\$ 10.915 (R\$ 6.727 em 31 de dezembro de 2021).

16 Receita operacional

	2022	2021
Receita bruta com geração de energia:		
Receita contrato de energia LEN (a)	9.947	6.910
Receita no mercado de curto prazo (MCP) (b)	22	1.192
Impostos sobre venda	(364)	(291)
Total da receita operacional líquida	9.605	7.811

- (a) Em 2022 houve um aumento na receita líquida reconhecida no período comparado a 2021 no valor de R\$ 1.794 em função do elevado número de obras de transmissão que foram construídas entre 2021 e 2022 aumentando a capacidade de transferência de energia, reduzindo a incidência de *curtailment* da Usina Sertão Solar Barreiras.

Em 2021 houve uma queda na receita atrelada principalmente a dois fatores: (i) redução do preço trabalhado para 2021 quando comparado aos preços de 2020, uma vez que em 2020 a Empresa trabalhou apenas com contrato no mercado livre de energia, já em janeiro de 2021, conforme 25º Leilão de Energia Nova (“LEN”), iniciou o PPA no ambiente regulado, firmado com as concessionárias de distribuição de energia com um preço menor que o praticado no ano anterior; (ii) corte da geração mensal aplicada pelo ONS por conta da limitação da rede de transmissão localizada na região do ativo que tem acontecido sistematicamente em vários parques do nordeste, notadamente sul da Bahia.

Devido os eventos comentados acima, a Empresa apurou e reconheceu provisões de ressarcimento conforme demonstrado na nota explicativa nº13.

- (b) Refere-se a parcela de produção comercializada no ambiente de contratação livre, dada as condições mais favoráveis no mercado de curto prazo.

17 Custos de operação e despesas gerais e administrativas

Custos e despesas por natureza

	2022	2021
Custo do serviço de energia elétrica		
Depreciação	(3.000)	(3.192)
Operação e manutenção	(2.749)	(2.233)
Atualização monetária da provisão de desmobilização	(183)	(155)
Encargo de uso de rede de energia elétrica (c)	(1.392)	(396)
Compromissos ambientais e sociais	(166)	(136)
Seguros	(174)	(165)
Custos compartilhados - partes relacionadas (b)	(252)	(360)

Custos de locação de terras (a)	(210)	(189)
Custo de aporte em garantia (d)	(41)	61
Total	(8.167)	(6.765)

Despesas gerais e administrativas	2022	2021
Contabilidade e auditoria	(127)	(148)
Assessoria e advogados (d)	155	(341)
Viagens e representações	-	(14)
Internet	(170)	(156)
Serviços técnicos (d)	13	(293)
Outros (d)	144	-
Impostos e taxas	(74)	(21)
Total	(59)	(973)

- (a) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico, os quais não atendem aos critérios do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, para reconhecimento.
- (b) Ao longo de 2022 e de 2021 a Empresa dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 20.
- (c) Refere-se a custos junto a COELBA provenientes do custo do uso da rede de transmissão.
- (d) Valor positivo refere-se a reversão de provisão reconhecida a maior em exercícios anteriores.

18 Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	345	154
Variação cambial ativa	2	3
	347	157
Despesas financeiras		
Carta de crédito e despesas bancárias (a)	(1.696)	(1.110)
Despesas de juros com financiamentos (b)	(3.755)	(6.152)
Bônus de adimplência (c)	89	171
Variação cambial passiva	(6)	(5)
Outras despesas financeiras (d)	-	64
	(5.368)	(7.032)
Resultado financeiro, líquido	(5.021)	(6.875)

- (a) Refere-se a despesa de garantia dada ao fiador e demais despesas bancárias
- (b) Conforme nota explicativa nº 12

- (c) Refere-se à redução dos juros conforme nota explicativa nº 12, aqui demonstrado positivo para melhor apresentação.
- (d) O valor positivo em 31 de dezembro de 2021, refere-se a estorno de provisão financeira não realizada proveniente de 2020.

19 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022 o montante remanescente a pagar de imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$ 74 (R\$ 106 em 30 de dezembro de 2020). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

<u>Apuração pelo Lucro Presumido</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas bruta	9.969	8.102
Presunção do imposto de renda - 8% (a)	798	648
Presunção da contribuição social - 12% (b)	1.196	972
Demais receitas - (c)	877	289
Base de cálculo do IRPJ - (a) + (c)	1.675	937
Imposto de renda a alíquota de 15%	(251)	(141)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(143)	(68)
Total IRPJ	(395)	(208)
Base de cálculo da CSLL - (b) + (c)	2.073	1.261
Contribuição social a alíquota de 9%	(187)	(114)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(581)	(322)

20 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e o controlador final é a sociedade Global Infrastructure Management LLC.

b. Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 foi realizada pela Atlas Brasil Energia Holding 3 e 2021 pela Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

c. Operações com partes relacionadas

Abaixo são demonstrados os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a pagar (a)</u>		<u>Receita / (Despesa) (b)</u>	
<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>

(i) Fornecedores partes relacionadas – Nacional

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	-	4.681	369	(177)	(281)
Solar Barreiras II Energia SPE LTDA	-	-	-	5	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	-	-	1	-	(70)
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	-	(75)	(9)
Total	-	-	4.681	375	(252)	(360)

- a) Conforme nota explicativa nº 11
b) Conforme nota explicativa nº 17

(i) Ao longo de 2022 e 2021 a Empresa dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2022 - Valor contábil		2021 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.060	456	1.597	434
Aplicações financeiras vinculadas	9	2.918	-	-	2.552
Contas a receber	8	-	1.196	-	1.320
Outras contas a receber		-	-	-	7
Total		3.978	1.652	1.597	4.313
Passivos					
Fornecedores	11	-	5.602	-	6.444
Financiamentos	12	-	49.118	-	49.111
Outras contas a pagar	11	-	4.083	-	247
Total		-	58.803	-	55.802

Hierarquia do valor justo		2022		2021	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1.516	1.516	2.031	2.031
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	2.918	2.918	2.552	2.552

Contas a receber	Nível 2	1.196	1.196	1.320	1.320
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	7	7
Total		5.630	5.630	5.910	5.910
		2022		2021	
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	5.602	5.602	6.444	6.444
Financiamentos	Nível 2	49.118	49.118	49.111	49.111
Outras contas a pagar	Nível 2	4.083	4.083	247	247
Total		58.803	58.803	55.802	55.802

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros ativos e passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas

condições de mercado e nas atividades a Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Empresa.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	2022	2021
Caixas e equivalentes de caixa	1.516	2.031
Aplicações financeiras vinculadas	2.918	2.552
Contas a receber	1.196	1.320
Outras contas a receber	-	7
Total transações	5.630	5.910

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. A Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2022

	Valor	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	Até 1 ano	2 - 5 Anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos	49.118	77.314	5.918	12.875	22.762	35.759
Fornecedores e outras contas a pagar	9.685	9.685	9.685	-	-	-
	58.803	86.999	15.603	12.875	22.762	35.759

31 de dezembro de 2021

Fluxos de caixa contratuais					
-----------------------------	--	--	--	--	--

	Valor		Até 1	2 – 5	6 - 10	Mais
	contábil	Total	ano	Anos	anos	que
						10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos	49.111	79.982	5.451	17.133	21.964	35.434
Fornecedores e outras contas a pagar	6.691	6.691	6.691	-	-	-
	55.802	86.673	12.142	17.133	21.964	35.434

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa possui um contrato de financiamento em operação com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação (*IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures*), a Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir está apresentado o financiamento da Empresa que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2022	Cenário Provável 31/12/2023	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices IPCA (a)	5,79%	5,31%	5,31%	6,64%	7,97%
Risco de aumento das taxas de juros e índices CDI (b)	12,39%	12,37%	12,37%	15,46%	18,56%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldo em 31/12/2022	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	(49.118)	(3.414)	(4.267)	(5.121)	(2.560)	(1.707)
Total		(49.118)	(3.414)	(4.267)	(5.121)	(2.560)	(1.707)
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e Aplicações financeiras vinculadas	CDI	3.978	492	615	738	369	246

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Boletim Focus

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

22 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolveram caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Nota	2022	2021
Provisão para desmobilização	14	-	573
Provisão de fornecedores	11	-	4.583
Adição ao imobilizado	10	-	(5.156)
Integralização de capital	15	-	1.104
Fornecedores partes relacionadas	11	-	(1.104)
Realocação de ativos	10	-	(5.476)
Fornecedores partes relacionadas	11	-	5.476
		-	-

23 Contingências

A Empresa possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como possível, conforme segue:

- (i) Empresa encarregada pelo projeto e construção do parque fotovoltaico demanda pagamento de indenização por supostos inadimplementos e atrasos nos cumprimentos das obrigações contratuais no valor estimado de R\$ 5.256 (R\$ 5.256 em 31 de dezembro de 2021).

Não há contingências passivas avaliadas com risco de perda provável em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

24 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Empresa para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037	TOTAL
TUST (a)	(1.626)	(1.613)	(1.641)	(1.683)	(22.103)	(28.666)
Contratos de (O&M) (b)	(1.030)	(725)	(847)	(875)	(11.251)	(14.728)
Seguros e garantia (c)	(178)	(185)	(190)	(196)	(2.610)	(3.359)
Arrendamento (d)	(199)	(198)	(207)	(216)	(2.880)	(3.700)

Outros (e)	(768)	(390)	(424)	(953)	(13.947)	(16.482)
Total	(3.801)	(3.111)	(3.309)	(3.923)	(52.791)	(66.935)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/22 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2023.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Empresa possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Seguros e garantias

A Empresa possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Empresa possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

A Empresa possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *